



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
LICENCIATURA INTEGRADA EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LINGUAGENS.

ISADORA MAGNO MORAES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM CIÊNCIAS E DIREITOS
HUMANOS: INTERROGANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

BELÉM/PARÁ
2019

ISADORA MAGNOMORAES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM CIÊNCIAS E DIREITOS
HUMANOS: INTERROGANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens, da Faculdade de Educação Matemática e Científica, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens.

Orientador: Erllon Rodolfo Viegas Barata

Coorientadora: Nadia Magalhães da Silva Freitas

ISADORA MAGNO MORAES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M198f Magno Moraes, Isadora
 Formação de professores que ensinam ciências e direitos
 humanos: interrogando a violência contra a mulher / Isadora Magno
 Moraes. — 2019.
 25 f. : il.

Orientador(a): Prof. Esp. Erllon Rodolfo Viegas Barata
Coorientação: Profª. Dra. Nádia Magalhães da Silva Freitas
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Licenciatura
Integrada em Educação em Ciências, Matemáticas e Linguagens,
Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. formação de professores. 2. direitos humanos. 3. ensino
de ciências . 4. violência contra a mulher. I. Título.

CDD 370.7

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM CIÊNCIAS E DIREITOS
HUMANOS: INTERROGANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens, da Faculdade de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens.

Aprovado em: ____ de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Esp. Erllon Rodolfo Viegas Barata, do
Programa de Educação em Ciências e
Matemáticas, da Universidade Federal do Pará
- Orientador

Profª. M. Sc. Chirla Miranda da Costa, do
Programa de Pós Graduação de Educação em
Ciências e Matemáticas, da Universidade
Federal do Pará
- Membro Externo

Profº. Drº Wilton Rabelo Pessoa, da Faculdade
de Educação Matemática e Científica, da
Universidade Federal do Pará - Membro
Interno

AGRADECIMENTOS

Acredito que todos ou a maioria inicia esse momento agradecendo primeiramente a Deus e não serei diferente. Agradeço imensamente esse Pai Soberano que me proporcionou chegar até aqui e que colocou pessoas, as quais farei um grande esforço de não esquecer nenhuma durante toda a minha jornada, fora ou dentro de espaços educacionais.

Não seria nada se não fosse por duas pessoas que anularam suas vidas a partir de meu nascimento, meu pai, José Carlos de Moraes ao qual herdei esse jeito espontâneo, expressivo, sincero e, às vezes, até rude de falar. Acredito que minha inteligência veio dele também, não fica chateada, mãe. Meu *daddy*, sei que onde o senhor estiver, está orgulhoso da sua caçulinha, que apesar de muitas vezes lhe ter respondido torto ou falado que o senhor era chato, não seria nada sem seus ensinamentos, conselhos (esses dados de uma forma doce e suave, só que não), mas que levo e levarei para a vida toda comigo.

Gostaria muito de te dar um simples abraço e agradecer do fundo do meu coração por todo esforço, que não foi pouco, o qual o senhor não hesitou em fazer por mim, as noites em claro na Ceasa, às viagens, os trabalhos por fora, tudo isso para que eu pudesse ter tudo do bom e do melhor, e, principalmente, para que eu pudesse estudar. Obrigada por me proporcionar tantas coisas boas e inesquecíveis, por me mimar, fazer todas as minhas vontades e, como a mamãe fala, me estragar.

Concluo esse pequeno trecho, no qual não é digno de agradecer nem a metade do que o senhor fez por mim, pedindo para que continue me olhando e ajudando a traçar meus objetivos, que afinal herdei outra coisa do senhor: a determinação (pensa em uma menina que não desiste fácil, eu mesma). Obrigada, pai, te amo infinitamente e sempre serei grata por tudo!

Agora o que falar da dona Sônia Maria Barroso Magno, essa, meus caros, também é conhecida como minha mãe, mas não só isso... Minha amiga, parceira, linha dura (às vezes ela pega pesado), a mulher mais forte e guerreira que eu conheço. Se um dia eu consegui ser $\frac{1}{3}$ do que ela é, tudo certo! Mãe, obrigada por me aturar todos os dias, sei que isso não é uma tarefa fácil, por ter se anulado de tantas coisas para viver simplesmente em minha função. Se sou mimada e cheia de dedos, também a culpa é sua. Obrigada, minha mãe, por sempre estar ao meu lado, não importa as circunstâncias, por me apoiar em tudo, pelos puxões de orelhas, conselhos, abraços, carinho, amor, colo, pelos dias em que a senhora acordava às 5 horas e 30 minutos da manhã para que eu pudesse chegar a tempo na escola, pelas vezes que ficava me esperando na porta do Madre Zarife, do reforço, com sombrinha e capa de chuva, tudo o que

mais pudesse me proteger, para não ficar doente... Essas memórias serão eternamente minhas companheiras, jamais esquecerei todo esse esforço!

Não tenho palavras para expressar o quanto sou grata por tudo, um dia quero e vou retribuir o que fizeste e fazes por mim. Saiba que tenho tanto orgulho de ser sua filha e é com o coração cheio de alegria que termino esse parágrafo, no qual acredito ter sido o mais difícil de escrever em meios as lágrimas e lembranças, dizendo que a filha do José Carlos e da Sônia Maria está se formando.

Até agora seguir uma ordem cronológica de pessoas nas quais foram mais importantes para que eu pudesse chegar até aqui, mas a partir desse momento todos os que irei agradecer foram tão importantes e significativos durante a minha vida inteira, em momentos aos quais não me prenderei.

Agradeço imensamente ao Iago Lins de Medeiros, também conhecido como meu namorado. Esse ser humano é um enviado de Deus em minha vida, a pessoa na qual me inspiro, tanto na vida acadêmica (um dia também estarei fazendo doutorado fora do Brasil), quanto na vida pessoal (meta de vida, ler tantos livros quanto ele). Iaguinho, só tenho a agradecer por seres mais que meu namorado, por seres meu amigo, que apoia minhas ideias, que vai contra algumas outras cortando logo pela raiz, outras não querendo nem escutar, mas na sua grande maioria me incentivando e ajudando no que pode. Nem mesmo a distância física limita o nosso apoio e parceria.

E se já não bastasse ter um namorado que posso contar em todas as horas (exceto quando está na companhia do “canoa”, vulgo Maurício, ou jogando Switch), ainda ganhei uma segunda família, Chico Preto e Joana, vocês também fazem parte dessa vitória, obrigada por me ajudarem tanto, seja permitindo o uso do computador para escrever trabalho, deixando-me usar a internet da casa de vocês, quando a minha resolve não funcionar, puxando a orelha, dando conselhos, apoio, incentivo, sou muito grata a tudo isso. Obrigada por serem a minha segunda família!

Dando sequência com o assunto família, não posso deixar de agradecer, às minhas tias, avó e padrinhos, que também nunca mediram esforços para ajudar no que fosse necessário na minha formação. Desde criança pude contar com todos, seja na compra de um livro ou no incentivo de sempre estudar, para quando crescer ajudar minha mãe. Obrigada, família, por cada detalhe que vocês me proporcionaram!

Agora vou agradecer três pessoinhas das quais cresceram comigo, Beatriz, Rafaella e Emanuely, minhas primas, amigas, irmãs que sei que posso sempre contar. Obrigada por fazerem parte da minha vida de uma maneira tão intensa e significativa, jamais esquecerei os

momentos que passei com vocês desde a infância, as brigas (essa parte a Bia ganha destaque), as brincadeiras, onde a Rafa era a professora, a Zeca Camargo, Celso Portioli, as conversas, os shows, as festas do pijama, as idas ao cinema (Harry Potter reinava). Já peço desculpas se esqueci de algum momento... É que são muitos dentro desses anos em que somos primas (não falarei a idade de ninguém), enfim, meninas, obrigada por tudo, amo demais vocês!

Jamais deixaria de agradecer o meu clã, mais conhecido como Butantã, o grupo mais venenoso e desejado da *web*. João Pedro, Paulo Afonso, Gilliard Ferreira, Beatriz Villaça e Beatriz Magno, vocês são demais! Mesmo com as dificuldades do dia a dia, os afazeres, perturbações, sempre arrumamos um jeitinho de nos encontrar e, quando isso acontece, senta que lá vem história, regada a muitas risadas. Amo cada um de vocês e agradeço ao Papai do Céu por ter colocado pessoas tão especiais e iluminadas no meu caminho. Espero manter essa amizade pelo resto de minha vida e, daqui a alguns longos anos, fazer um Butantã *Kids* com nossos filhos e colocar os papos em dia enquanto passeamos com os nossos *golden*. Obrigada, por tudo!

Como posso agradecer a tanta gente e não agradecer a duas pessoas que entraram na minha vida meio sem querer, mas que, sem dúvidas, fizeram total diferença no meu processo de formação, Ana Carla e Karine. Tenho plena certeza que os quatro anos do curso não teriam sido tão intensos, enriquecedores, cheios de histórias, vivências, aventuras, loucuras, aprendizagens se não fosse pela nossa amizade, o trio de três, que se tornou conhecido no IEMCI por sempre andarem juntas, fazer trabalhos só se fosse em trio, entre outras coisas.

Meu trio, parecia tão longe, mas aqui estamos nos formando em um curso que, sabe Deus porquê, entramos. Na verdade, agora eu entendo o propósito de em 2016 nos encontrarmos... Olhem tudo o que passamos e construímos, realmente os planos de Deus são perfeitos. Além da graduação, ganhei duas irmãs nas quais compartilho meus segredos, medos, angústias, alegrias, sonhos e que sei que posso contar pro que der e vier, cada uma com suas diferenças e particularidades que fazem o trio ser tão especial. Obrigada por existirem e serem minhas amigas. Não foi nada fácil chegar até aqui, mas com vocês o caminho se tornou mais florido, amo vocês!

Agradeço imensamente a um espaço no qual foi um divisor de águas em minha formação, o Clube de Ciências da Universidade Federal do Pará. Coloco esse espaço de uma maneira geral, como forma de agradecimento a todas as pessoas que durante os três anos no qual fui professora estagiária e, até hoje, onde ainda me sinto parte, mas de uma maneira diferente, pude ter experiências, vivências, conversas, aprendizagens e, principalmente,

amizades. Não irei citar nomes específicos, pois foram muitas as pessoas e seria injusto esquecer de alguém, mas sou eternamente grata ao CCIUFPA.

Sigo agradecendo a todos os professores da graduação que cruzaram o meu processo formativo e principalmente ao Erllon e a Nádia que, juntos a mim, realizaram a construção deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço pela paciência, compreensão, contribuição na minha formação e por tudo que vocês me representaram nessa caminhada acadêmica.

Finalizo os meus agradecimentos aos meus professores, que de alguma maneira passaram pela minha trajetória deixando marcas das quais nunca irei esquecer. Espero um dia ser um pouco do que todos foram para mim, não irei nomear novamente, pois foram muitos, mas agradecemos desde as “tias” da Escola Aloés, da Escola Paulo Roberto, a todos os professores da Escola Madre Zarife Sales, ao qual tive a sorte de estudar grande parte da minha vida, e dizer que talvez só agora eu tenha a real percepção da importância e do valor que vocês tiveram para que eu pudesse chegar aqui. Desculpa por ter sido a aluna que não parava de conversar, mas principalmente obrigada por fazerem com maestria a profissão na qual agora também posso chamar de minha.

SUMÁRIO

RESUMO.....	Pág. 1
INTRODUÇÃO	Pág. 2-3
ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	Pág. 3-4
UMA BREVE ABORDAGEM À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	Pág. 4-5
DIREITOS HUMANOS, ENSINO DE CIÊNCIAS E FORMAÇÃO	Pág. 5-12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 12
ABSTRACT	Pág. 13
REFERÊNCIAS	Pág. 14-16

APRESENTAÇÃO

A temática dos Direitos Humanos junto ao assunto violência contra a mulher ainda é pouco ou quase nada estudado dentro do Ensino de Ciências e, neste sentido, tem sido alvo de diversos olhares na tentativa de compreendê-lo em toda a sua multidimensionalidade. Entretanto, a despeito desse fato, ainda há uma visão do como se trabalhar temas sociais no ensino de ciências.

A abordagem sobre a violência contra a mulher requer, para além de sua incidência na dimensão biológica, o mesmo permite trilhar caminhos entre os acontecimentos contemporâneos, sociais e jurídicos. Nesse sentido, buscamos, por meio da materialidade mediadora de fotos reproduções, compreender em que termos, uma experiência formativa, envolvendo o tema violência contra a mulher, contribui para a apreensão crítica e reflexiva de a luz dos direitos humanos. Assim, recorreremos à pesquisa-formação para atender o objetivo desta pesquisa. Por sua vez, os dados constituídos foram analisados mediante o recurso da análise interpretativa.

Para melhor aproveitamento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o mesmo é apresentado na forma de um artigo, intitulado “**Formação de Professores que ensinam Ciências e Direitos Humanos: interrogando a violência contra a mulher**”, e conta com a participação dos seguintes coautores: Erllon Rodolfo Viegas Barata (Orientador), Nadia Magalhães da Silva Freitas (Coorientadora) e Nívia Magalhães da Silva Freitas (Colaboradora). Esse artigo será submetido para publicação na Revista Eletrônica **ACTIO: Docência em Ciências**, Qualis A3, Área de Ensino (ISSN: 2525-8923), após sugestões e correções da banca examinadora do TCC.

Neste trabalho de pesquisa-formação, buscamos abordar o tema “Violência contra a mulher”, segundo uma perspectiva que consideramos sua inserção no cenário social contemporâneo. Para tal, recorreremos à materialidade mediadora da foto reprodução, reconhecendo suas possibilidades no campo do aprender e do ensinar ciências. Vivenciamos uma experiência sensível no processo de formação de professores, ao mesmo tempo em que abordamos um tema inserido nas preocupações contemporâneas do campo social e da saúde, a luz dos direitos humanos.

ARTIGO

Formação de professores que ensinam ciências e direitos humanos: interrogando a violência contra a mulher

RESUMO

A marca da violência faz parte da atual sociedade. É nesse contexto que a educação em direitos humanos é fundamental. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, com trinta artigos, anunciam as condições para garantir a dignidade humana e assegurar o respeito às liberdades fundamentais de toda e qualquer pessoa. A partir de um processo de pesquisa-formação, desenvolvido no contexto do tema “Relações entre Ciência, Sociedade e Cidadania II”, junto aos discentes do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens, da Universidade Federal do Pará, propomo-nos apreender e analisar os aspectos evocados por licenciandos quando “interrogam” a violência contra mulher, à luz dos direitos humanos. A pesquisa, de natureza qualitativa, apoiou-se na entrevista estruturada, modalidade projetiva, que utiliza dispositivos visuais. Assim, utilizamos fotos reproduções, de domínio público, disponível na *internet*, para inquirir a violência contra a mulher, mediada por algumas questões. Por sua vez, o material empírico foi submetido à análise interpretativa, precisamente quanto à pertinência das ponderações. Em termos gerais, os licenciandos manifestaram-se, criticamente, em contrariedade ao que estava posto nas fotos reproduções, problematizando as violações dos direitos, a luz da DUDH. O ambiente de sala de aula importou em espaço estratégico para a pesquisa-formação, especialmente para ajuizamentos críticos dos licenciandos, relativos ao cenário nebuloso e disseminado de violência, notadamente para a violência contra a mulher. É nesse contexto, que a formação de professores, no campo dos direitos humanos, levou os licenciandos a considerarem a ética, os valores e os direitos humanos como componentes fundamentais ao exercício de cidadania, este incompatível com comportamentos antagônicos aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que evocaram a dignidade da pessoa humana para a constituição de cenários sensíveis a humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Educação em direitos humanos. Violência contra a mulher. Pesquisa-formação.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade teve (e ainda tem) a marca da violência. É nesse contexto que a educação, em geral, e o ensino de ciências, em particular, precisam posicionar-se perante a violência. Em termos históricos, Auschwitz¹ é “[...] considerada a indescritível máxima expressão de violência do último século e, é a expressão da relação do indivíduo e sociedade” (PEREIRA, 2018). Assim, face aos horrores na Segunda Guerra Mundial e do Nazismo, surgem proposições aos direitos humanos.

Coube a Organização das Nações Unidas (ONU) a tarefa de garantir a não ocorrência de uma terceira guerra mundial e promover a paz entre os países. Como um dos primeiros atos da Assembleia Geral das Nações Unidas, deu-se à proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 10 de dezembro de 1948, em Paris (TOSI; FERREIRA, 2014).

A DUDH apresenta trinta artigos, cujos conteúdos exprimem condições para garantir a dignidade humana e assegurar o respeito às liberdades fundamentais de toda e qualquer pessoa, seja ela criança, adolescente, adulto e/ou idoso (BRASIL, 1988). A Constituição Federal, de 1988, no seu inciso III, do seu primeiro artigo, trata da questão da dignidade humana, de modo que a proteção dos direitos fundamentais do cidadão faz-me mediante a garantia da dignidade da pessoa humana (AWAD, 2006). A DUDH não representa um instrumento de ordem jurídica, mas tão somente expressão de valor ético, o que tem contribuído para intensas transformações sociais no cenário mundial (GORCZEWSKI; KONRAD, 2013).

Os direitos humanos são assim apresentados:

[...] são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura ou qualquer outra condição. Os direitos humanos abrangem os direitos civis, os direitos políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos de solidariedade (BRASIL, 2018a, p. 2).

Componentes basilares à atual sociedade, os direitos humanos “Afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida pessoal e coletiva” (CANDAU; SACAVINO, 2013, p. 59). Entendemos que uma “[...] educação em ciências que não vá ao encontro dos Direitos Humanos é uma educação vazia e pouco contribui para a humanidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

Ao considerarmos que no Brasil, atualmente, “[...] o acirramento político e ideológico dos últimos tempos fez emergir vozes tenebrosas que renegam princípios fundamentais como os direitos humanos” (FREITAS NETO, 2017, p. 1), a educação em direitos humanos se faz necessária. Embora, a consciência universal dos direitos humanos seja cada vez mais crescente, “[...] estes direitos, hoje tão proclamados, continuam sendo sistematicamente violados [...]. A luta para estabelecê-lo firmemente na consciência dos indivíduos e dos povos passa obrigatoriamente por processos educativos” (CANDAU et al., 2013, p. 33).

Sacavino (2009, p. 98) argumenta que trabalhar uma educação voltada para os direitos humanos, assenta-se em um tripé, a saber:

[...] conhecer e defender seus direitos; respeitar a igualdade de direitos dos outros; e estar tão comprometido quanto possível com a defesa da educação em direitos humanos dos outros. Supõe a comunicação de saberes e valores e desenvolve uma compreensão das dimensões jurídicas e política, assim como moral e preventivo-pedagógico dos direitos humanos.

É nesse contexto, que corroboramos com Candau et al. (2013, p. 33), ao assim se posicionarem:

A tensão entre o crescente interesse pelos Direitos Humanos e suas constantes violações hoje, na sociedade brasileira, desafia-nos a promover uma educação que contribua com a compreensão, a conquista e a vivência desses direitos no nosso meio.

Atendendo a esse “chamamento”, propomo-nos, com este trabalho de pesquisa, apreender e analisar os aspectos evocados por licenciandos quando “interrogam” a violência contra mulher, à luz dos direitos humanos. Trata-se, portanto, do nosso objetivo de pesquisa, na perspectiva, também, de contribuir para o exercício da cidadania.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Na abordagem de pesquisa, de natureza qualitativa (MINAYO, 2016), adotamos a pesquisa-formação, ao levarmos em conta que, neste contexto, a formação apresenta uma dimensão de conhecimento, de modo que seus participantes são capazes de descrevê-la, em constructos individual ou coletivo, que contribuem para a conformação de ambientes de aprendizagens, tanto reflexivos como interpretativos (JOSSO, 2010).

A pesquisa se deu no contexto do desenvolvimento do tema “Relações entre Ciência, Sociedade e Cidadania II”, do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens, voltado para a formação de professores que irão trabalhar com os anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos- EJA, essa pesquisa se deu durante o quarto semestre da turma de ingressos em no ano de 2016 da Universidade Federal do Pará. Cabe destacar, que a proposta curricular do Curso, em que a pesquisa ocorreu, está organizada por eixos temáticos, temas e assuntos, numa perspectiva interdisciplinar. Os direitos humanos constitui a centralidade do tema em questão.

Em termos metodológicos de abordagem do tema, propiciamos um conjunto de atividades que buscaram contribuir para o reconhecimento de situações de violação dos direitos humanos. Para fins deste artigo, analisamos a atividade que utilizou fotos reproduções, de domínio público, disponíveis na *internet*, que apresentavam situações com seres humanos, objetivando problematizá-las a luz dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, o estudo apoiou-se na entrevista estruturada, modalidade projetiva, apresentada como uma técnica que utiliza “[...] dispositivos visuais, como filmes, vídeos, pinturas, gravuras, fotos, poesias, contos e redações de outras pessoas [...] modalidade [que] constitui um convite ao entrevistado para discorrer sobre o que vê ou lê” (MINAYO, 2016, p. 59). Os licenciandos foram convidados a escolher uma foto reprodução, aquela que mais lhe chamasse atenção. Assim considerando, trouxemos para a discussão as produções textuais

relativas às fotos reproduções, selecionadas pelos licenciandos, que expressavam a violência contra a mulher.

A partir disso, e apoiados em algumas orientações de Afonso (2005), apresentamos algumas questões, quais sejam: por que você escolheu esta fotografia? O que você acha que o fotógrafo quis mostrar? Há nessa fotografia alguma coisa que lhe é familiar? O que será que essas pessoas da fotografia sentem? Como viverão a sua vida? Terão desejos diferentes dos nossos? A fotografia retrata alguma discriminação ou violação de direitos? Há alguma coisa que pareça prejudicar a dignidade humana? O quê? Qual (is) artigo (s) da DUDH (ou outros instrumentos legais) você associaria a fotografia? O que diz o (s) artigo (s)? Cabe destacar que, parte das respostas dos licenciandos às questões supracitadas foi organizada num texto. O material empírico foi submetido à análise interpretativa (CRESWELL, 2014), precisamente quanto à pertinência das ponderações.

Os licenciandos, sujeitos da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nele constavam objetivos, metodologia, benefícios e possíveis riscos da pesquisa para os mesmos. Também realizamos os devidos esclarecimentos sobre dúvidas da pesquisa. Por fim, destacamos que, neste texto, os sujeitos da pesquisa foram identificados pelas três primeiras letras do sobrenome, acrescido das iniciais dos nomes, com objetivo de resguardar suas identidades.

UMA BREVE ABORDAGEM À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Tratar de violência contra mulher é um assunto muito delicado, afinal aonde se encontram as fronteiras das violências sofridas pela mulher? Vivemos em uma sociedade na qual a mulher é vista sempre pelo olhar do homem, as "[...] mulheres não fazem parte deste cenário [...] os homens tendem a construir posições de sujeito para as mulheres tomando a si próprios como referência [...], as mulheres são os significantes de uma identidade masculina partilhada" (SILVA, 2014, p. 10). O autor por meio dessas ponderações nos faz pensar sobre as diversas posições em que as mulheres podem estar. Para além do assédio moral, agressão física e verbal, a mulher está sujeita há algo temerário e silencioso que é a normatização de sua posição.

Quantos cenários são possíveis criar para colocar a mulher em situação de dependência e vulnerabilidade, afastando-as de seus familiares, amigos, e impossibilitando-as de ter sua dependência financeira para poder, assim, ter poder e domínio sobre elas? Quantas mulheres vivem esse contexto e acham que não tem solução, não conseguem enxergar uma saída, senão continuar submissas em seus lares? É nesse cenário, que os abusos e as violências acontecem e crescem, para, assim, manipular e controlar, estas situações de violências que são, no conjunto, uma forma de controle mais explícita. Em termos gerais, as violências apresentam-se sob uma multiplicidade de condições, são "[...] formas de relação, de sociabilidade, de interação humana, onde um lado exerce poder ou coerção sobre o outro, em geral contra a vontade dele" (RODRIGUES, 2008, p. 167).

No que diz respeito à violência contra a mulher, podemos referir os seguintes aspectos:

[...] atinge uma em cada três mulheres nas Américas e pode ter consequências profundas e duradouras para a saúde das sobreviventes, inclusive lesão física, gravidez indesejada, aborto, doenças sexualmente transmissíveis (como a infecção pelo HIV/AIDS), além de uma série de impactos negativos na saúde mental (OPAS; OMS, 2015, p. 4).

A violência contra a mulher constitui-se um sério problema de saúde pública e violação dos direitos da mulher – uma forma de desigualdade de gênero, que atinge grande parte das mulheres em todo o mundo (WHO, 2013). Um dos principais cenários de violência contra a mulher constitui-se o próprio ambiente doméstico, independentemente do país, da classe sociais, fatores econômicos, religiosos, culturais, entre outros (KRUG et al., 2002). Temáticas como essa, socialmente relevantes, apresentam questões atuais e continuas em nossa sociedade, e interroga a natureza desse estado de coisa, a luz dos direitos humanos.

São vários os fatores de risco associados à violência contra a mulher, abrangendo vários âmbitos da sociedade, da comunidade, das relações e do indivíduo. Destacamos aqui, a desigualdade econômica, racial/étnica e de gênero, normas sociais e culturais que promovem a violência e o direito sexual do homem sobre a mulher, desemprego, bolsões de pobreza, conflito de papéis de gênero, conflito intenso nas relações, abuso de álcool e drogas, entre tantos outros (OPAS; OMS, 2015).

Para além de se caracterizar como um problema de amplas consequências para a saúde, à violência contra a mulher constitui-se violação dos direitos humanos. Note-se aqui, que ao apresentar alguns fatores de risco, resultantes dos aspectos, patentemente, negligenciados na nossa sociedade, evidenciamos que os direitos humanos são inter-relacionados, entre outros aspectos; assim, se houver o desrespeito a qualquer um deles, a concretização dos demais fica prejudicado (BRASIL, 2007).

DIREITOS HUMANOS, ENSINO DE CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A atual sociedade, de um modo geral, naturaliza os eventos degradantes da vida diária. É nesse contexto, que a educação em direitos humanos se faz fundamental, ao considerarmos que “[...] a pressão civilizatória expressa-se como educação para a frieza, em uma sensibilidade esvaecida” (PEREIRA, 2018, p. 505). As situações que ferem a dignidade da pessoa humana precisam ser problematizadas a luz dos direitos humanos, bem como adentrar os diferentes espaços educacionais, em uma perspectiva interdisciplinar, em um movimento de contracorrente, pois a educação ainda se apresenta “[...] extremamente centrada na valorização do cognitivo, do racional, da acumulação de informações” (STORI, 2003, p. 11), deixando escapar a sensibilidade para as questões sociais.

É nesse âmbito que, para promover discussões mais significativas ao ensino de ciências, adentramos ao campo dos direitos humanos, na perspectiva da formação para a cidadania, de modo que temáticas socialmente relevantes, que implicam na violação dos direitos humanos, pudessem causar estranheza e, ao mesmo tempo, favorecer a compreensão crítica da realidade que nos cercam. Cabe destacar que, é a educação em direitos humanos que se apresenta como uma competência significativa na busca por um novo estado de direitos, em um cenário

de esperança, na perspectiva da construção de uma nova cultura política (CANDAU; SACAVINO, 2000).

Segundo Sacavino (2009, p. 98), uma educação voltada para os direitos humanos fundamenta-se no seguinte tripé:

[...] conhecer e defender seus direitos; respeitar a igualdade de direitos dos outros; e estar tão comprometido quanto possível com a defesa da educação em direitos humanos dos outros. Supõe a comunicação de saberes e valores e desenvolve uma compreensão das dimensões jurídicas e política, assim como moral e preventivo-pedagógico dos direitos humanos. Para a educação em direitos humanos é absolutamente necessário construir uma relação explícita entre os direitos e sua incorporação nas constituições e nos acordos de direitos civis, assim como com a fundação, a gênese e os atores dos direitos humanos.

Desse modo, para que possamos interrogar os vários cenários que apresentam condições humanas degradantes e, por seu turno, violação dos direitos humanos, é fundamental que professores (em formação inicial ou continuada) tenham vivências significativas na ambiência de sala de aula. Nesses termos, Candau et al. (2013, p. 77) nos fala que,

[...] torna-se imprescindível na formação de professores(as) desenvolver processos que permitam articular diferentes dimensões - cognitiva, afetiva, e sociopolítica – fundamentais para a Educação em Direitos Humanos, assim como usar estratégias pedagógicas ativas, participativas e de construção coletiva que favoreçam educar-nos em Direitos Humanos.

Fritzsche (2004) anuncia alguns fatores que corroboram com a importância de se trabalhar direitos humanos, o que se aplica, também, a formação de professores. Para o referido autor, a educação em direitos humanos deve contemplar três quesitos primordiais, a saber: conhecer e defender seus direitos, respeitar a igualdade do direito dos outros e estar comprometido com a educação em direitos humanos dos outros. Dentre as várias perspectivas de compreensão dos direitos humanos, destacamos aquela que nos parece mais relevante, ou seja, a consciência de ser sujeito de direitos, notadamente na prática e na construção da cidadania, na articulação dos direitos individuais com os direitos coletivos (SACAVINO, 2009).

Candau (2005) observa que é importante que durante o processo de educação em direitos humanos ocorra o despertar da sensibilidade, certamente, na perspectiva de reconhecer “[...] na dignidade pessoal a prerrogativa de todo ser humano em ser respeitado como pessoa, de não ser prejudicado em sua existência (a vida, o corpo e a saúde) e de fruir de um âmbito existencial próprio” (AWAD, 2006, p. 113). É nesse contexto, que a formação “[...] de sujeitos de direitos afirma a busca pelo saber/conhecer os direitos [...]” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2015, p. 56).

Assim sendo, propusemos o “[...] exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos [...] coerentes com os Direitos Humanos” (BRASIL, 2013, p. 53), de modo que a leitura crítica de fotos reproduções pudesse questionar a violência contra a mulher, à luz dos direitos humanos. Vejamos, então, uma foto reprodução e as manifestações resultantes da apreciação de uma licencianda.

Figura 1 – Violência verbal contra a mulher



Fonte: Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/uLnAbsRHvgKMvRv8>>. Acesso em; 19 nov.2019.

Considere importante relatar sobre a violência contra a mulher tanto na forma verbal [psicológica] quanto na física, e me chamou atenção à forma que o fotógrafo abordou o tema de forma conotativa. A agressão verbal atinge da mesma forma ou até pior do que a física. Agressão à mulher é algo que acontece todos os dias na sociedade, não é algo afastado de nós, pois muitas mulheres são agredidas de várias formas em seu cotidiano. Sentem-se humilhadas e abaixo de tudo e de todos. Sim, o direito à segurança pessoal. As mulheres que são agredidas perdem um pouco a sua dignidade. Todos somos iguais, independente de cor, nacionalidade ou sexo (RIB, M.C).

Podemos perceber que o texto acima traz um conjunto de aspectos relacionados ao cenário de violência contra a mulher. A licencianda observa que o tema da foto reprodução foi mostrado de forma conotativa, ou seja, não correspondendo ao seu significado literal. Entretanto, a violência verbal que se apresenta no contexto da violência psicológica, foi considerada pela licencianda como uma forma de violência contra a mulher. A violência psicológica é tão danosa quanto à física, embora, este tipo de violência seja naturalizado no seio da sociedade, ao considerarmos a crença de que esta realidade está presente na vida cotidiana dos casais (ZACAN; WASSERMANN; LIMA, 2013), aspecto que precisa ser problematizado em sala de aula.

No Brasil, após inúmeras pressões (internacionais e nacionais) decorrentes do caso Maria da Penha², foi editada e publicada a Lei 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, com o objetivo fundamental a proteção à mulher, vítima de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). Quanto à violência psicológica, o artigo 7º, inciso II, da referida lei, descreve-a, nos seguintes termos:

[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno

² Nascida na cidade de Fortaleza, Ceará, em 1945, a Srª Maria da Penha Maia Fernandes, sofreu tentativa de homicídio com um tiro de bala na cabeça, e depois de ser socorrida, sofreu outro atentado, quando foi queimada com fogo nas costas, cujo autor do disparo foi o seu então marido, Sr. Antônio Herédia Viveiros. Após retornar do hospital e ainda em recuperação, a vítima sofreu novo atentado por parte do mesmo agressor, que tentou eletrocutá-la durante o banho.

desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, p. 2).

Nesse âmbito, temos que considerar que ainda existem assimetrias entre homens e mulheres, o que ao longo dos tempos foram se cristalizando na sociedade, de modo que a superação de contextos de violência, notadamente a violência psicológica, representa tarefa complexa (OLIVEIRA et al., 2016). No mesmo sentido, temos que a despeito de todos os avanços sociais e legais, a configuração culturalmente patriarcalista tem escamoteado esse estado de coisas, tornando a violência psicológica uma agressão “invisível” e, ao mesmo tempo, invisibilizada pela sociedade, necessitando, portanto, ações de promoção a desnaturalizar deste tipo de violência, especialmente no campo educacional, para, assim, salvaguardar as muitas “Marias” do nosso país.

Entendemos que trabalhar em espaços de formação de professores, a abordagem de temas que, por exemplo, coloquem em evidência vários tipos de violências, degradações, violações dos direitos vivenciadas por seres humanos, é colaborar para a problematização de ideias e valores particulares ao que intitulamos direitos humanos; importante, também, no âmbito da educação em ciências, para que esta trate questões contemporâneas à sociedade, dando significado ao que se quer como exercício da cidadania (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2013).

A licencianda RIB, M.C., em seu texto, traz elementos da DUDH, fazendo referência, de algum modo, aos artigos I, II, III, vejamos o que tratam os artigos:

Artigo I - Todos os seres humanos nascem **livres e iguais** em dignidade e direitos. [...];

Artigo II – 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, **sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo**, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, **origem nacional** ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição;

Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à **segurança pessoal** (BRASIL, 1998, p. 4-5, destaque nosso).

Entendemos que, ao considerar esses artigos, na leitura da foto reprodução, a licencianda chama a atenção para a violação dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, a necessidade de consideração dos direitos essenciais, como a vida, a honra e a dignidade. Cabe destacar, neste ponto, que “[...] o direito de ter uma vida digna é a dimensão central da noção contemporânea de direitos humanos” (MOEHLECKE, 2010, p. 16)

A própria DUDH, no artigo XXVI, inciso 2, anuncia a necessidade de promoção da educação, em termos gerais, e aquela voltada, especificamente, para o conhecimento dos direitos humanos, nos seguintes termos:

Artigo XXVI. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e

grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (BRASIL, 1998, p. 14).

Compreendemos que, ao se abordar os direitos humanos na formação de professores, possibilita-se a configuração de uma educação que contribui para a humanidade/humanização e, ao mesmo tempo, amplia a abordagem dos conteúdos de ciências, para aqueles que se constituem socialmente relevantes. Assim, a “[...] Educação em Ciências, associada à Educação em Direitos Humanos, permite a articulação entre conteúdos científicos e valores sociais irrevogáveis, contribuindo para a formação de cidadãos do mundo” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2016, p. 71).

Um esforço educacional se faz necessário para mediar o saber/conhecer os direitos, ao considerarmos as palavras de Chauí (2010, p. 24), quais sejam:

O Brasil certamente não é o mesmo. Observam-se avanços consideráveis em direção ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito, especialmente no campo normativo, onde está disponibilizado, hoje, um conjunto de instrumentos legais que possibilitam a mobilização em torno da defesa e promoção dos direitos. Contudo, a democratização dos direitos ainda é um processo lento e conflituoso. Permanece em nossa sociedade uma distância entre os direitos proclamados e sua real efetivação, ou seja, entre a teoria, as leis e a prática social e cotidiana.

Portanto, há que se enfrentar o desafio de promover a educação em direitos humanos, de qualidade e inovadora, nas escolas, na formação inicial e continuada de professores, na elaboração de materiais didáticos e pedagógicos, em espaços formais e não formais de educação, por fim, em todos “os cantos”. A perspectiva é assumir o “[...] compromisso permanente com o fortalecimento de uma cultura de direitos humanos, consolidando o Estado Democrático de direito e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira” (CHAUÍ, 2010, p. 37).

Passemos, então, para outra foto reprodução, com destaque aos ajuizamentos de outra licencianda.

Figura 2 – Violência física contra a mulher



Fonte: Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/cWLAScezLE1H9ccq9>>. Acesso em; 19 nov.2019.

Escolhi pelo fato de ser uma problemática social e ser rotineiro na vida de diversas mulheres no país. Acredito que o fotógrafo quis retratar a violência contra a mulher. Não me é familiar, pois nunca convivi com pessoas que sofriam esse tipo de agressão, mas reconheci que era violência contra a mulher, pois está muito visível. Pelo o que pude observar a moça da foto demonstra uma tristeza em seu olhar, dependendo de como ela lida com essa situação, pode até acarretar uma depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade, entre outras doenças psicológicas. Às vezes, as pessoas que vivem essa situação têm como maior desejo ser livre do espancador e ter uma vida normal. [...] a fotografia retrata que a mulher foi agredida e isto fere a dignidade da mulher, afinal isso causa uma interrupção no direito dela como mulher e como pessoa. Os artigos da DUDH que podem ser aplicados a essa fotografia são: Artigo III “Todo ser humano tem direito á vida, á saúde, liberdade e á segurança pessoal”. E o Artigo V “Ninguém será submetido á tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (CRZ, J. S.).

Em termos gerais, na sociedade, à mulher se atribuiu reduzido valor social e, em decorrência disto, a elas foram (e ainda são) impingidas diversas situações degradantes e humilhantes, as quais são consideradas como “normais”, face às construções socioculturais; instituíram-se, neste caso, desigualdades, também no âmbito da violência, pois é o homem o sujeito agressor preponderante nas relações de gênero (FERNANDES, 2013).

A violência contra a mulher representa um desafio social a ser enfrentado, em face de sua complexidade e formas de manifestação, especialmente para a promoção da igualdade de gênero (ONU, 2018). O espaço de sala de aula, entre outros, pode contribuir para a consecução de práticas educativas que favoreçam discussões, atitudes e a constituição de posicionamentos contrários a toda e qualquer forma de violência, na perspectiva da garantia da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1998).

A manifestação da licencianda CRZ, J. S. é pertinente, quando associa a violência contra a mulher aos agravos da saúde mental. Vejamos, então, alguns dados:

[...] as mulheres que relataram ter sofrido abuso físico sem sequelas, em grau menor e severo, apresentaram, respectivamente, 1,82 e 2,58 vezes mais chances de ter sintomas de humor depressivo ansioso, ao serem comparadas com as que não relataram. As mulheres que relataram ter sofrido abuso físico com sequelas, em grau menor, apresentaram 3,7 vezes mais propensão a ter sintomas de humor depressivo ansioso, quando comparadas com as que não relataram [...] (SANTOS; MONTEIRO, 2018, p. 3);

As mulheres que relataram sofrer agressão física sem sequelas, menor, tiveram 3,86 vezes mais propensão a desenvolver pensamentos depressivos que as que não relataram. Essa propensão aumentou para 6,13 vezes quando o grau se tornou severo. Já as que relataram coerção sexual, menor, apresentaram 2,47 vezes mais chances de apresentar pensamentos depressivos quando comparadas às que não relataram. [...] mulheres que relataram agressão física com sequelas, em grau menor, tiveram 5,92 vezes mais chances de desenvolver pensamentos depressivos se comparadas com aquelas que não relataram. Observou-se que quando o grau dessa violência passou a ser severo, as chances de a mulher apresentar sintomas de pensamentos depressivos aumentaram para 7,3 vezes mais (SANTOS; MONTEIRO, 2018, p. 4).

Os agravos à saúde mental, em decorrência da violência contra a mulher, dizem respeito a diferentes formas, que se manifestam por sintomas que corresponde aos domínios de transtornos mentais comuns; exemplificamos, aqui, aqueles relativos ao humor depressivo ansioso e pensamentos depressivos (SANTOS; MONTEIRO, 2018). Interessante destacar, a sensibilidade da licencianda CRZ, J. S., ao perceber que a “moça da foto demonstra uma tristeza em seu olhar”. De fato, a “[...] tristeza pode ser considerada em alguns indivíduos como um estágio inicial do quadro depressivo, o que permite considerar isso como um estado mental ‘em risco’” (TEBEKA et al. apud SANTOS; MONTEIRO, 2018, p.6).

Em prosseguimento as suas ponderações, relativas à sua foto reprodução, a licencianda evocou o Artigo III da DUDH para afirmar que “Todo ser humano tem direito à vida, à saúde, liberdade e à segurança pessoal” (BRASIL, 1998, p. 5). Efetivamente, o aspecto fundante dos direitos humanos refere-se ao direito à vida; além do mais, de nada adiantaria os demais direitos se este não predominasse (BRASIL, 2007).

A licencianda faz referência, também, ao Artigo V “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Certamente, para expressar sua contrariedade a esse estado de coisas. O cenário é preocupante, vejamos o que nos dizem alguns números, levantados em 2018: em cerca de 140 notícias, identificaram-se mais de 68 mil casos de violência contra a mulher; a cada 17 minutos uma mulher sofre agressão física no Brasil; em um único dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país; lamentavelmente, toda semana 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais (BRASIL, 2018b).

Como já mencionado anteriormente, a violência contra a mulher abrangem um amplo espectro de agressões: de natureza física, psicológica, sexual, entre outros. Cabe destacar, neste ponto, que o feminicídio é precedido por outras formas de violência, em um *continuum*, podendo culminar com morte por homicídio, decorrente de violência doméstica ou familiar ou, ainda, por discriminação pela condição de mulher (BRASIL, 2018b). Note-se, nesse caso, que muitas mortes são “anunciadas previamente”, constituindo-se mortes que poderiam ser evitadas, mediante ações diversas, com o fito de interromper o ciclo de agressões, preservando a vida e a integridade física da mulher.

Em face ao recrudescimento do feminicídio no Brasil, foi aprovada a Lei 13.104, em 9 de março de 2015, a chamada Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015). A tipificação desse tipo de homicídio representa uma resposta penal a um crime que tem ceifado a vida de muitas mulheres (BRASIL, 2018b).

Assim, em tempos de educação em direitos humanos e promoção da cidadania, a questão da violência contra a mulher constitui-se desafio para todos os ambientes educacionais, inclusive para aqueles responsáveis pela formação de professores, na perspectiva de “[...] propiciar o incentivo necessário à construção de uma consciência de que todos são responsáveis pelo respeito à dignidade uns dos outros, de tal modo que a degradação de um indivíduo degrada a condição humana dos demais” (MUSEGANTE, 2019, p. 7).

Por fim, podemos afirmar que, no contexto do desenvolvimento do tema “Relações entre Ciência, Sociedade e Cidadania II”, voltado para a afirmação dos direitos humanos, promovemos discussões profícuas, na ambiência da sala de

aula, precisamente junto aos licenciandos. As questões arroladas nas apreciações dos licenciandos, aqui tratadas, bem como outras, realizadas pelo conjunto de licenciandos, em oposição ao que estava posto nas fotos reproduções, constituiu-se autêntico exercício de cidadania, convergindo para a consideração da dignidade da pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra mulher constitui-se, lamentavelmente em um cenário sombrio da atual sociedade. Trazer para ambiência da sala de aula, precisamente na formação de professores, temas socialmente relevantes contribuiu para o conhecer/saber os direitos humanos, os quais, neste trabalho, interrogaram a violência contra a mulher.

Todos os seres humanos têm o direito de serem respeitados em sua integridade física, emocional, mental, entre outros aspectos. A abordagem aos direitos humanos, na problematização da violação destes direitos contribui para internalização de valores e princípios, na consideração da dignidade da pessoa humana.

O ambiente de sala de aula importa na constituição de espaço estratégico para a formação professores, especialmente para ajuizamentos críticos, relativos ao cenário nebuloso e disseminado de violência crescente que tem colocado a sociedade em estado de perplexidade e, por vezes, de impotência, em face da ineficiência das instituições públicas em atuar sobre este estado de coisas.

A violência contra a mulher não tem dado sinais de superação, haja vista os vários e repetidos eventos noticiados nos múltiplos canais midiáticos. É nesse contexto, que a formação de professores no campo dos direitos humanos, implica considerar a ética, os valores e os direitos humanos como componentes fundamentais ao exercício de cidadania, de modo que se possa contribuir para possíveis mudanças culturais de comportamentos antagônicos aos direitos humanos.

TRAINING TEACHERS THAT TEACH SCIENCE AND HUMAN RIGHTS: INTERROGATING THE VIOLENCE AGAINST WOMEN

ABSTRACT

The mark of violence is part of today's society. It is in this context that human rights education is essential. The Universal Declaration of Human Rights (UDHR), with thirty articles, announces the conditions for guaranteeing human dignity and ensuring respect for fundamental freedoms of any person. From a research-training process, developed in the context of the theme "Relations between Science, Society and Citizenship II", together with the students of the Licenciature Degree Course in Integrated Science, Mathematics and Languages, from Federal University of Pará, we propose to apprehend and analyze the aspects evoked by graduates when they "interrogate" violence against women, in the light of human rights. The research, from qualitative nature, was based on the structured interview, projective modality, which uses visual devices. Thus, we use photograph reproductions, from public domain, available on the internet, to inquire about violence against women, mediated by some questions. The empirical material was submitted for interpretative analysis, precisely as to the relevance of the ponderations. In general terms, the graduates were critically opposed to what was shown in the photograph reproductions, citing problems such as the violations of rights, under the perspective of the UDHR. The classroom environment was a strategic space for research-training, especially for critical judgments from undergraduates, concerning the nebulous and widespread scenario of violence, notably in the topic of violence against women. Given this context, the teacher training in the field of human rights has led undergraduates to consider ethics, values and human rights as fundamental components in the citizenship exercise, which is incompatible with behaviors that are antagonistic to human rights, at the same time evoking the dignity of the human person for the constitution of sensitive scenarios for humanity.

KEYWORDS: Teacher training. Human rights education. Violence against women. Research-training.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M.R. **Trabalhar os direitos humanos no contexto escolar: da compreensão aos instrumentos**. Lisboa: DGIDC/ME, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/portugal/rosa_afonso/livro_rosa_afonso.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- AWAD, F. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, p. 111-120, 2006.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO do Brasil, 1998.
- BRASIL. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avanços e desafios. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018a.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015** – Lei do Feminicídio. 2015. Disponível em: <<https://juristas.com.br/foruns/topic/lei-do-feminicidio/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BRASIL. **Mapa de violência contra a mulher 2018**. Brasília: Câmara dos Deputados 55ª legislatura- 4ª sessão legislativa; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018b.
- BRASIL. Programa Ética e Cidadania. **Construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social**. Módulo 3: Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: principais desafios. Rio de Janeiro, 2005.
- CANDAU, V. M. et al. Formação docente e Educação em Direitos Humanos. In: CANDAU, V. M.; PAULO, I.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M. C.; SACAVINO, S.; AMORIM, V. **Educação em direitos humanos e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 29-51.
- CHAUÍ, M. O desenvolvimento da ideia de Direito no Estado Moderno. In: ASSIS, S. G.; COSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. p. 18-39.
- CRESWEELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FREITAS NETO, J. A. Sobre violências e direitos humanos: o papel da educação em tempos sombrios. **Jornal da UNICAMP**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/sobre-violencias-e-direitos-humanos-o-papel-da-educacao-em>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FRITZSCHE, K. P. O que significa educação em direitos humanos. 15 teses. In: GIORGI, Viola. SEBERICH, Michel. (Eds.) **Internacional Perspectives in Human Rights Education**. Alemanha: Bertelsmann Foundation Publishers. 2004.

GORCZEWSKI, C.; KONRAD, L. R. A educação e o plano nacional de educação em direitos humanos: efetivando os direitos fundamentais no Brasil. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 18-42, 2013.

KRUG E. G.; MERCY, J. A.; DAHLBERG L. L.; ZWI, A. B. (Ed.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

MINAYO, M. C. de. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C. de. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 56-71. (Série Manuais Acadêmicos).

MOEHLECKE, S. Por uma Cultura de Educação em Direitos Humanos. In: ASSIS, S. G.; COSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. p. 15-17.

OLIVEIRA, R. D. V. L. Educação em Ciências e Direitos Humanos: algumas percepções e uma luta constante. In: OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, G. R. P. C. **Educação em Ciências e Direitos Humanos: reflexão-ação em/para uma sociedade plural**. 2013. p. 19-40.

OLIVEIRA, F. S.; MENDES, F. C. S.; MIRANDA, L. P.; LARA, R. G.; CAMARGOS, R. D. S. P.; SILVA, V. C. **Revista Médica de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 26, suplemento 8, p. 443-449, 2016.

OLIVEIRA, R. D. V. L. de; QUEIROZ, G. R. P. C. O cotidiano, o contexto e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para a Educação cidadã cosmopolita. **Revista Ibero-Americana de Educação**, Espanha, n. 1, p. 75-96, 2016.

ONU. Brasil. **Direitos Humanos das Mulheres**. ONU; BRASIL: Equipe das Nações Unidas no Brasil, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

OPAS; OMS. **Violência contra a mulher**. Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. Washington, D.C., EUA: 54.º Conselho Diretor; 67.ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, 2015.

PEREIRA, T. K. Que Auschwitz não se repita: a educação contra a frieza na primeira infância. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 500- 515, 2018.

RODRIGUES, T. N. H. C. Sobre violências e pedagogias. In: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES T. N. H. C. **Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos**.

SACAVINO, S. **Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina**. Petrópolis: DP&A; De Petrus, Rio de Janeiro: Editora Nova América, 2009.

SACAVINO, S. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 36-48.

SANTOS, A. G.; MONTEIRO, C. F. S. Domínios dos transtornos mentais comuns em mulheres que relatam violência por parceiro íntimo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3099, p. 1-121, 2018.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** Stuart Hall, Kathryn Woodwar. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G. Educação em direitos humanos nos sistemas internacional e nacional. In: FLORES, E. C.; FERREIRA, F. L. F. G.; MELO, V. L. B. (Org.). **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB, 2014. p. 37-63.

ZACAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, n. 17, v. 1, p. 63-76, 2013.

WHO. Department of Reproductive Health and Research, London School of Hygiene and Tropical Medicine; South African Medical Research Council. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva: World Health Organization, 2013.

Recebido: 30 jul. 2018

Aprovado: 30 jan. 2019

DOI: 10.3895/actio.v4n2.3527

Como citar:

xxx. **ACTIO**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 178-193, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>>. Acesso em: XXX

Correspondência:

Nome completo do autor principal

Rua xxx, n. xxx, Bairro, Cidade, Estado, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

